

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

# A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo

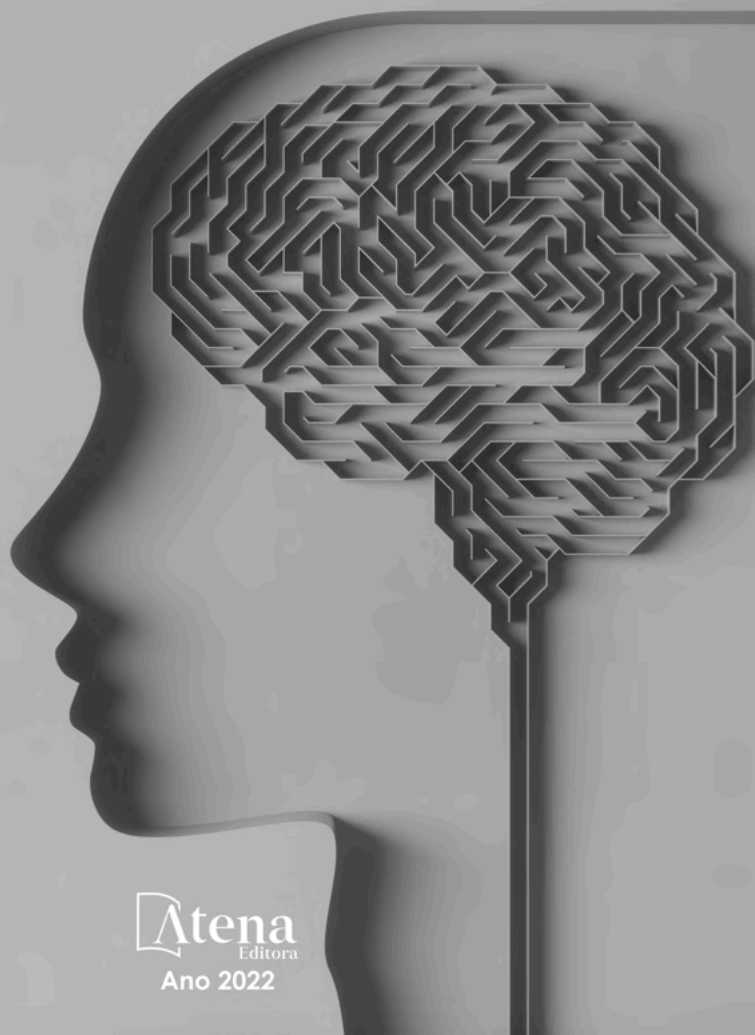


Atena  
Editora  
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

# A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo



Atena  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## A psicologia como ciência e seu(s) objeto(s) de estudo

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Ezequiel Martins Ferreira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 A psicologia como ciência e seu(s) objeto(s) de estudo /  
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -  
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0381-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.814222906>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins  
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A coletânea *A psicologia como ciência e seu(s) objeto(s) de estudo*, reúne neste volume dezenove artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### A PASSAGEM ADOLESCENTE EM D.W. WINNICOTT

Érika Maria Foresti Pinto


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229061>

### **CAPÍTULO 2..... 8**

#### A EXPERIÊNCIA DO EXERCÍCIO DA PARENTALIDADE: UMA ARTICULAÇÃO COM A GESTALT-TERAPIA

Alanna Luciano de Lucena

Marcus Cezar de Borba Belmino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229062>

### **CAPÍTULO 3..... 29**

#### A CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO, PRAXIA E MEMORIZAÇÃO DE ALUNOS DE UMA UNIVERSIDADE PARA A TERCEIRA IDADE


Cecília Souza Oliveira

Fernanda Rabelo Cursino Santos

Gabriela Souza Silva

Raquel Nogueira da Cruz

Lucas Emmanuel Lopes e Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229063>

### **CAPÍTULO 4..... 40**

#### ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO ESCOLAR COM FOCO NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Andressa do Nascimento Cibien

Quellen Potter Regason


Rosane Paz Souza

Lenise Álvares Collares

Suzana Catanio dos Santos Nardi

Andréia Quadros Rosa

Stefania Martins Teixeira Torma

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229064>

### **CAPÍTULO 5..... 59**

#### VIVÊNCIA ACADÊMICA DE INGRESSOS UNIVERSITÁRIOS E SEUS IMPACTOS: ANSIEDADE E O PAPEL DA INSTITUIÇÃO COMO REGULADORA DESTE TRANSTORNO

Ellen Gabriela Alves Monteiro

Luiz Filipe Almeida Rezende

Lustarllone Bento de Oliveira

Felipe Queiroz da Silva

Patrícia Monteiro Silva

Nayla Júlia Silva Pinto

Maria Auxiliadora Miranda Leal

Camila Fernanda Paula Silva


Mariza Cardoso de Souza  
Luzinei dos Santos Braz  
Thais Mikaelly Almeida Pereira  
André Alves Oliveira  
Karen Setenta Loiola

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229065>

**CAPÍTULO 6..... 74**

**DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE PESSOAL SEGUNDO A PERSPETIVA DE JAMES MARCIA**


Laura Maria de Almeida dos Reis  
Maria Narcisa Gonçalves  
Berta Salazar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229066>

**CAPÍTULO 7..... 83**

**INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS PARENTAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**


Isabela Leonizia Ostorero de Araújo  
Jéssica Souza Santos  
Vivian Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229067>

**CAPÍTULO 8..... 101**

**PRIORIDADE HUMANITÁRIA-ECONÔMICA NA PANDEMIA DA COVID-19: VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA PSICOMÉTRICA**

Liana Filgueira Albuquerque  
Maíra Cordeiro dos Santos  
Simone Farias Moura Cabral  
Thais Emanuele Galdino Pessoa  
Valdiney Veloso Gouveia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229068>

**CAPÍTULO 9..... 114**

**UM ESTUDO DOCUMENTAL DA REGULAMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL**

Francisca Talitta Muniz Saboya  
Lorena Fragoso Silva  
Ellen Cristina Gabriel da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229069>

**CAPÍTULO 10..... 132**

**COVID-19: QUAL É O IMPACTO NO BEM-ESTAR PSICOLÓGICO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE?**

Ana Clara Fidelis Bernardo  
Suelen Lima Bach

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290610>

**CAPÍTULO 11..... 144**

**PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA INFANTIL UTILIZANDO O PROGRAMA ACT - RAISING SAFE KIDS**

Gabriela de Araújo Braz dos Santos  
Ana Cláudia de Azevedo Peixoto  
Maria Alice Ribeiro Lins Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290611>

**CAPÍTULO 12..... 159**

**CRIANÇAS DIANTE DA MORTE:ANÁLISE DE LIVROS INFANTIS**


Larissa Ruiz Costa  
Alberto Mesaque Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290612>

**CAPÍTULO 13..... 172**

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O BULLYING COMO FENÔMENO PROJATIVO**

Paulo Roberto Soares Roiz Júnior  
Maria da Conceição Almeida Vita  
Anastácia Nunes Dourado  
Egon Ralf Souza Vidal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290613>

**CAPÍTULO 14..... 184**

**SALA DAS MARGARIDAS: UM ESPAÇO PARA ESCUTA E ACOLHIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**


Camila Espindula da Silva  
Suzana Catanio dos Santos Nardi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290614>

**CAPÍTULO 15..... 197**

**A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO DO APARATO JUDICIÁRIO NAS QUESTÕES DE DIREITOS DAS MULHERES**


Giovana Batista de Lima  
Thais Yazawa




 <https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290615>

**CAPÍTULO 16..... 205**

**ASSOCIAÇÃO ENTRE HIPOGLICEMIA, DÉFICIT COGNITIVO, DEMÊNCIA VASCULAR E DEMÊNCIA DE ALZHEIMER EM IDOSOS COM DIABETES MELLITUS TIPO 2: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Maria Helena Marques Dias  
Joseane Jiménez Rojas  
Adriano Martimbianco de Assis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290616>

<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>215</b>
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA CONVIVER BEM COM O DIABETES	
Marlene Buzzi Maiochi	
Ernani de Souza Guimarães Júnior	
Letícia Helena de Castro Naves	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290617">https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290617</a>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>229</b>
CARGAS DE TRABALHO E VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO LABORAIS DE MOTORISTAS QUE PRESTAM SERVIÇOS PARA PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	
Daiane de Oliveira Fernandes	
Paulo Cezar Bandeira Júnior	
Fabianno Andrade Lyra	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290618">https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290618</a>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>242</b>
ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DO ECOPARK OESTE SEGUNDO NBR 9050/2020 NA CIDADE DE CASCAVEL – PR	
Julinei Antonio Jeziorny	
João Pedro Chaulet Messias	
Rodrigo Techio Bressan	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290619">https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290619</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>265</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>266</b>

## A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO DO APARATO JUDICIÁRIO NAS QUESTÕES DE DIREITOS DAS MULHERES

Data de aceite: 01/06/2022

Data de submissão: 06/04/2022

**Giovana Batista de Lima**

Faculdade de Ensino Superior e Formação  
Integral – FAEF  
Garça – São Paulo  
<http://lattes.cnpq.br/0466271091555102>

**Thais Yazawa**

Universidade de Marília - UNIMAR  
Marília – São Paulo  
<http://lattes.cnpq.br/1262904142573024>

**RESUMO:** O presente artigo constitui uma reflexão sobre as atuações feministas na Psicologia e no sistema judiciário, abordando o caso da menina de 10 anos que realizou um aborto legal em Recife e analisando sua repercussão negativa. É feita uma alusão ao que o Estado propõe penalmente para as situações de violência sexual, bem como os tipos de vitimização existentes e dados estatísticos relativos às ocorrências de estupro no Brasil. Ademais, discute-se sobre a influência da religião na percepção das pessoas e como isso, junto à ineficácia do sistema judiciário, reflete na vida em sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aborto legal; direitos das mulheres; direitos humanos; feminismo; psicologia.

### THE IMPORTANTE OF HUMANIZING THE JUDICIARY APPARATUS IN WOMEN'S RIGHTS ISSUES

**ABSTRACT:** The present article constitutes a reflection about the feminist actuations in Psychology and in the judicial system, approaching the 10-year old girl who did a legal abortion in Recife and analyzing its negative impact. A reference is made to what the State criminally proposes to the sexual violence situations, as well as the existing victimization types and statistical data about the rape occurrences in Brazil. Furthermore, it discusses the religious influence in people's perception and how it, combined with the judicial system inefficiency, reflects in community life.

**KEYWORDS:** Legal abortion; women rights; human rights; feminism; psychology.

### 1 | INTRODUÇÃO

A noção de Direitos humanos é algo posterior à Segunda Guerra Mundial, com o advento da Declaração Universal dos Direitos dos Homens em 1948 (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008). Os tratados internacionais e as Constituições que garantiriam direitos específicos aos indivíduos possibilitam criar obrigações e responsabilidades aos Estados signatários, permitindo compensações na violação de direitos - assim, ao assinar um tratado internacional, o Estado fica obrigado a cumpri-lo (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008). Dessa forma, a compreensão dos Direitos humanos enquanto

respeito à dignidade humana é algo recente, e é um tratado internacional, sendo o Brasil, signatário. Com a Declaração dos Direitos dos Homens, iniciou-se então uma nova história na humanidade, resultando em uma discussão sobre respeito e igualdade, mesmo ainda sendo um começo com necessidades de melhorias, pois as mulheres ainda eram vistas como cidadãos de “segunda classe” em quase todo o mundo, considerando a flexão de gênero “Homens” (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008). Em 1979, após a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, organizada pela ONU, a violência contra a mulher passou a ser considerada uma violação aos direitos humanos (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008).

No Brasil, ocorreu uma importante atuação feminista - o “lobby do batom” - que influenciou a revisão do texto constitucional, com propostas encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte - com o famoso Art. 5 que afirma sobre a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008).

O feminismo tem sido um tema atual, principalmente com o advento das redes sociais. Mulheres jovens vêm lendo sobre o assunto, antes tratado enquanto tabu, ou por um viés preconceituoso, muitas vezes sob um ponto de vista religioso. O surgimento do movimento feminista trouxe novo fôlego ao interesse às questões de gênero (AMÂNCIO, 2001; NOGUEIRA, 2001 apud NEVES; NOGUEIRA, 2003). O advento de uma psicologia “feminista” seria um caminho natural, haja vista que os processos sociais são comportamentos, e comportamentos são estudados pela Psicologia. A Psicologia feminista, enquanto ciência, tenta compreender os efeitos do gênero na construção dos papéis desempenhados socialmente, considerando recortes de classe, raça e gênero (AMÂNCIO, 2001; NOGUEIRA, 2001 apud NEVES; NOGUEIRA, 2003). Algumas demandas sociais são específicas para cada gênero, como pautas sobre feminicídio, aborto legal e violência sexual, o que demanda do Estado ações sociais e penais quando necessário. Uma vitória dos movimentos feministas mais atuais é a Lei Maria da Penha, onde é possível visualizar um momento de total indiferença do Estado para a formulação de uma política nacional de enfrentamento da violência doméstica (SANTOS, 2010). Outras políticas sociais foram pautadas após uma movimentação de grupos de mulheres/feministas, que foram discutidas pelas mídias e pelo Judiciário, como a criança que engravidou aos 10 anos e teve seu aborto legal dificultado pelo Judiciário e por movimentos neopentecostais. (GAMA; MADEIRO, 2020).

De acordo com Pelisoli e Dell’Aglío (2014), as situações em que há maus-tratos, abusos ou disputas de guardas são situações em que a Psicologia faz intersecção com o Direito. O Direito, enquanto grande área do conhecimento, lida com pessoas, comportamentos, afetividades. A Psicologia, enquanto área de conhecimento, pode enriquecer o Direito nestes aspectos, por estudar o comportamento humano e suas particularidades. No que tange o contexto do trabalho com abuso sexual contra crianças e adolescentes, a articulação entre essas duas áreas é inevitável, por serem situações

complexas, com evidências contraditórias ou não muito bem definidas (OATES; JONES; DENSON; SIROTNAK; KRUGMAN, 2000 apud PELISOLI; DEL'AGLIO, 2014). Ainda, envolvendo ambas as áreas, encontra-se a Vitimologia que aborda os quatro tipos de vitimização que toda vítima sofre e que envolvem o crime ocorrido, o sistema judiciário, a sociedade e a mídia (HAIDAR; ROSSINO, 2017).

## **2 | DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Material e métodos**

Para este artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando as palavras-chave: feminismo, psicologia, direitos humanos, psicologia forense, psicologia jurídica, direito das mulheres, aborto legal.

Foram incluídos artigos que versassem sobre as temáticas pesquisadas. A base de dados utilizada foi o Google acadêmico. Os artigos incluídos nesta pesquisa serviram de fundamento para a discussão do caso da menina do Espírito Santo que engravidou após quatro anos de abuso.

### **2.2 Relato de caso**

Uma menina de 10 anos, residente no interior do Espírito Santo, após quatro anos de abusos sexuais praticados pelo marido da tia, engravidou e deu entrada em um hospital público. Os médicos notaram a barriga avantajada da criança, confirmando a gravidez de três meses. A menina morava com os avós. Segundo relatado pelas assistentes sociais que acompanhavam o caso, a menina apresentava sofrimento, gritava e chorava pois não queria levar a gravidez adiante (VALADARES; MAIA; CANOFRE, 2020).

Inflamados por influenciadores digitais, os dados da menina foram vazados pelas redes sociais, contrariando o que é preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, vitimizando a criança, após ter o aborto legal negado pelo Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, em Vitória. Segundo o superintendente do Hospital, o aborto legal poderia ser realizado caso o feto apresentasse até 22 semanas e 500 gramas, e o feto apresentava 537 gramas, sendo a decisão da equipe dar alta para a vítima procurar outro hospital de referência fora do Estado, com competência para fazer o procedimento com segurança. Após a negativa do hospital, a criança viajou para Recife e passou pelo procedimento. Neste momento, seus dados foram vazados e houve protesto em frente ao hospital em que esta se encontrava internada. O aborto foi realizado, o Ministério Público apura o vazamento das informações, assim como a atuação dos grupos que perseguiram a vítima. A Justiça do Espírito Santo determinou que os autores das postagens apagassem as informações (VALADARES; MAIA; CANOFRE, 2020).

## 2.3 Resultados e discussão

A despeito do caso acima ilustrado, pode-se visualizar que o Art. 5 das disposições preliminares do ECA, “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (PLANALTO, 1990) foi desrespeitado em mais de uma perspectiva. O Estado deveria ter atuado em mais de uma instância para com a menina, oferecendo subsídios de proteção, e, além disso, o próprio Estado ofereceu violência, crueldade e opressão ao negar à menina o seu direito ao aborto legal após sofrer anos de violência sexual. A primeira violência que a criança recebeu foi o abuso, seguido do descaso, violência, crueldade, preconceito, exposição e humilhação, justo daqueles que deveriam protegê-la.

A exemplo dos descasos e da desumanização do sistema judiciário para com os direitos das mulheres, pode-se abordar o difícil caminho para a sanção da Lei Maria da Penha e como essa lei foi criada. Maria da Penha Maia Fernandes é uma mulher brasileira que viveu um relacionamento abusivo em que seu marido, Marco Antônio Heredia Viveros, realizava agressões bruscas, como o disparo de tiros enquanto ela dormia e a tentativa de eletrocutar a esposa, ambos em 1983, deixando-a paraplégica aos 38 anos de idade. Maria da Penha lutou por anos para que seu agressor fosse condenado, e, vinte anos após o crime, o processo criminal foi concluído e Marco Antônio foi preso. A pressão da mulher, dos direitos humanos e de entidades feministas movimentaram o caso até que, em 1996, este chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que declarou que o Brasil havia violado os direitos de Maria da Penha com a ineficácia do sistema judiciário. Ainda assim, por anos, o caso de Maria da Penha foi ignorado e, depois de organizações não-governamentais e o CIDH pressionarem o governo Lula, este instituiu secretarias e grupos de combate à violência doméstica até que, finalmente, em 2006, a Lei 11.340 foi aprovada e batizada de “Lei Maria da Penha” (SANTOS, 2010; PIOVESAN; PIMENTEL, 2014).

Algumas demandas dos movimentos feministas podem causar polêmicas, a depender da localização de seus demandantes. O Brasil é um país com maioria religiosa, sendo, em 2000, 73,8% católicos e 15,4% evangélicos (PIERUCCI, 2004). Sendo a religião um dos ambientes dos quais o indivíduo se desenvolve e o ambiente influencia a personalidade, preferências e outros aspectos de cada indivíduo, o aspecto religioso pode influenciar as percepções da sociedade sobre aspectos considerados como “tabus”. As religiões cristãs condenam o aborto em qualquer caso, situação diferente em nosso Código Penal, que permite o aborto para gravidez decorrente de estupro e quando oferece risco à mãe. Ainda houve decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiram o aborto em caso de anencefalia do feto (BRASIL, 2012). Tais leis e decisões jurídicas não são do agrado de uma boa parcela da população brasileira, principalmente por motivos religiosos.



Ainda, em nosso Direito Penal Brasileiro, ter conjunção carnal ou atos libidinosos com menores de 14 anos é considerado Estupro de Vulnerável (Artigo 217-A do Código Penal), com pena de oito a 15 anos de reclusão. Desta forma, inegavelmente, a criança de 10 anos foi vítima de violência sexual, pois presume-se que ela não apresenta maturidade para consentir. Desta forma, a criança teria direito, à luz da legislação vigente, da Constituição e dos tratados de Direitos Humanos, ao aborto legal. O aborto foi realizado, não sem antes de causar uma comoção em diversas parcelas da população; grupos religiosos atacaram a vítima, causando uma situação de revitimização, com violências sociais e institucionais, que podem causar descrença no sistema e transtornos psicológicos (VASCONCELOS; AUGUSTO, 2015). Mediante tais fatos, pode-se afirmar, que a garota passou pelos 3 tipos de vitimização mais conhecidos: a vitimização primária, que ocorre no ato do crime e pode refletir de maneira a produzir danos psicológicos, físicos e materiais na vítima; a vitimização secundária, que ocorre na relação que a vítima cria ao recorrer ao sistema judiciário quando os responsáveis pelo processo não oferecem a consideração e o acolhimento ao sofrimento da vítima, oferecendo a possibilidade da mesma perder a credibilidade em seus depoimentos; e a vitimização terciária, que ocorre na relação entre a vítima e a sociedade, em que esta última, assim como o sistema judiciário, não oferece uma receptividade à vítima, mas, sim, repulsas, estigmas, ofensas e descrédito, julgando suas posturas, seus costumes e valores e tentando utilizá-los como justificativa para que o criminoso fizesse o que fez (HAIDAR; ROSSINO, 2017).

Apesar do caso citado anteriormente ter causado repercussão e comoção na sociedade, não se trata de uma situação inédita no Brasil. De acordo com o Sistema de Informações Hospitalares do SUS, são registrados no país, em média, 6 abortos em meninas de 10 a 14 anos por dia, além de uma média de 26 mil partos de garotas nessa mesma faixa etária por ano. Em 2020, foram registradas 34 interrupções de gravidez por razões médicas de meninas de 10 a 14 anos, e mais 1.022 outras envolvendo mulheres de todas as idades. Considerando o que foi abordado anteriormente sobre o Estupro de Vulnerável, pode-se inferir que todas essas 34 meninas que realizaram o aborto legal neste ano foram estupradas, sem contar as que não tiveram seu direito aprovado pela justiça e as que não engravidaram do estuprador (MAGENTA; ALEGRETTI, 2020). Ainda, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), das vítimas de estupro nos anos de 2017 e 2018, 63,8% se enquadram em estupro de vulnerável e, destas, 81,8% eram meninas, o que demonstra como a violência de gênero é evidente no Brasil.

Ainda, durante o desenvolvimento deste artigo, foi publicada, no Diário Oficial da União, uma mudança na portaria sobre aborto legal que pode dificultar o acesso das mulheres ao direito da interrupção de gravidez causada por estupro prevista por lei. O ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou a interlocutores que a portaria sobre o aborto legal não poderia continuar nos mesmo termos criados em 2005, e desenvolveu as alterações que obrigam os profissionais de saúde a informar à polícia todo suposto estupro e

os confirmados, anexando à documentação diversos exames físicos gerais e ginecológicos, além de uma detalhada anamnese e um extenso interrogatório sobre o estupro, em que a vítima terá que falar sobre os detalhes do ocorrido e, inclusive, responder a perguntas sobre seu agressor. Além disso, o profissional de saúde responsável pela interrupção da gravidez terá a possibilidade de realizar uma ultrassonografia e mostrar o feto à mulher, se esta desejar, antes que ela expresse sua concordância para o procedimento do aborto em um documento (MUNIZ, 2020a; MUNIZ, 2020b). Pode-se refletir, a partir disso, que a vítima será submetida a diversos constrangimentos durante todo o procedimento para conseguir acessar o direito ao aborto legal, somados à humilhação e ao trauma vividos durante a violência sexual.

O abuso sexual infantil é um problema social e sobretudo, um problema de saúde pública, e por tais características, encontra-se na intersecção da Psicologia e do Direito - além de áreas da saúde e da assistência social - o Direito age enquanto aplicador da lei e a Psicologia, buscando compreender a complexidade dos sujeitos, suas subjetividades e o contexto familiar e social (PELISOLI; DEL'AGLIO, 2014). Decisões judiciais mudam vidas (COSTA; PENSO; LEGNANI; SUDBACK, 2009 apud PELISOLI; DEL'AGLIO, 2014) - pessoas são encarceradas, livres, mudam de família por meio de decisões da magistratura - por isso há a necessidade que estas atravessem por mais de uma disciplinaridade, com o objetivo de resguardar direitos - e respeitar individualidades.

### 3 | CONCLUSÃO

Casos como o relatado neste artigo acontecem todos os dias em nosso país - por isso urge a necessidade que exista um tratamento mais humanizado para as vítimas que adentram ao sistema judiciário. O desrespeito aos direitos da vítima relatada é uma infração aos acordos internacionais e legislações específicas, sendo, também, uma violação aos Direitos Humanos. Enquanto este manuscrito foi desenvolvido, outras notícias envolvendo mulheres, crimes e a conduta árida do judiciário surgiram, e continuarão surgindo todos os dias, enquanto não houver um movimento de humanização do sistema judiciário. Em contrapartida, portarias com condutas violentas, como a nova portaria sobre o aborto legal, precarizam ainda mais as relações humanas dentro do sistema. A partir disso, é demonstrada a importância de lutas como a do movimento feminista pelos direitos que deveriam ser garantidos a todo ser humano na prática, e não somente na teoria. Ademais, pode-se observar a Psicologia, em conjunto ao Direito, como fonte de forças para mudanças, oferecendo à sociedade esperanças de dias melhores com menos violência, precariedade do sistema que deveria proteger a comunidade e mais qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, M. P. R.; NOGUEIRA, C. **Introdução à violência contra mulheres como um problema de Direitos humanos e de Saúde pública**. Saúde social São Paulo, 17, 3, p. 101-112, 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Informativo de Jurisprudência nº 661/STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo661.htm#ADPF%20e%20interrupção%20de%20gravidez%20de%20feto%20anencéfalo%20-%201>>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 13, p. 116. Brasil, 2019. Acesso em: 07/09/2020. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>>

GAMA, A.; MADEIRO, C. **Criança de 10 anos grávida de estupro realiza curetagem em PE**. Universa UOL, Recife e Maceió, 17 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/17/crianca-de-10-anos-expulsa-feto-e-passa-por-avaliacao-para-finalizar-aborto.htm>>

Haidar, Caio Abou; ROSSINO, Isabela Bossolani. **Redescobrimo a vitimologia: estudos contemporâneos da vitimização quaternária e da influência midiática na criminologia**. 2017. Disponível em: <<http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/180/2017/01/caio-haidar.pdf>>

MAGENTA, M.; ALEGRETTI, L. **Brasil registra 6 abortos por dia em meninas entre 10 e 14 anos estupradas**. BBC News Brasil, Londres, 17 ago. 2020. Acesso em: 07/09/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53807076>>

MUNIZ, Mariana. **Portaria pode tornar ainda mais difícil processo de aborto previsto em lei**. Revista Veja, 28 ago. 2020a. Acesso em: 07/09/2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/portaria-pode-tornar-ainda-mais-dificil-processo-de-aborto-previsto-em-lei/>>

MUNIZ, Mariana. **Saúde vai rever portaria sobre aborto legal em casos de estupro**. Revista Veja, 3 set. 2020b. Acesso em: 07/09/2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/saude-vai-rever-portaria-sobre-aborto-legal-em-casos-de-estupro/>>

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. **A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos**. Psicol. Soc. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 43-64. 2003. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822003000200004&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822003000200004&script=sci_arttext)>

PELISOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **As contribuições da psicologia para o sistema de justiça em situações de abuso sexual**. Psicologia: ciência e profissão, 34(4), p. 916-930, 2014. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000400916&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000400916&script=sci_arttext&tlng=pt)>

PIERUCCI, Antônio Flávio. **“Bye bye, Brasil”**: o declínio das regiões tradicionais no Censo 2000. Estud. av., São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28. 2004. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300003&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300003&script=sci_arttext)>

PIOVESAN, F.; PIMENTEL, S. **A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil**. 2014. Disponível em: <[https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1\\_6\\_responsabilidade-internacional.pdf](https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_6_responsabilidade-internacional.pdf)>

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha**: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2010. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/3759>>

VALADARES, J.; MAIA, D.; CANOFRE, F. **Criança que engravidou após ser estuprada no ES se recupera bem após passar por aborto legal**. Folha de São Paulo, Recife, São Paulo e Belo Horizonte. 17 ago. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/crianca-que-engravidou-apos-ser-estuprada-no-es-passa-bem-depois-de-aborto-legal.shtml>>

VASCONCELOS, M. E. M.; AUGUSTO, C. B. **Práticas Institucionais**: revitimização e lógica familista no JVDfMs. Direito em Movimento, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, 2015. Disponível em: <[https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento\\_online/edicoes/volume23/volume23\\_87.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume23/volume23_87.pdf)>

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aborto legal 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Acessibilidade 138, 194, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 260, 263, 264

Acolhimento 63, 153, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 193, 194, 201

Adolescência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 24, 25, 26, 54, 57, 74, 75, 76, 79, 87, 97, 145, 150, 151, 153, 154, 158, 180

Ansiedade 18, 24, 26, 42, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 86, 94, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 145, 150, 185, 194, 196, 224

Avaliação psicológica 38, 72, 73, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131

### B

Bem-estar 65, 73, 84, 85, 87, 91, 96, 99, 102, 103, 108, 109, 110, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 152, 211, 216

Bullying 90, 97, 99, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183

### C

Cargas de trabalho 229, 230, 233, 236

CFP 43, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 186, 189, 195, 214

Cognição 29, 37, 38, 209

Covid-19 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 185, 195

### D

Demência 31, 36, 37, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Desenvolvimento infantil 3, 8, 9, 12, 28, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 94, 98, 145, 147, 152, 158, 162, 171

Diabetes mellitus 205, 206, 212, 213, 215, 227, 228

Direitos das mulheres 194, 197, 200

Direitos humanos 102, 109, 113, 116, 120, 122, 127, 128, 129, 131, 186, 187, 188, 193, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 264

### E

Ecopark 242, 243, 244, 246, 256, 264

Educação parental 144, 149

Escola 10, 18, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 58, 86, 87, 91, 94, 150, 152, 153, 158, 171, 175, 178, 180, 183, 196, 232

Escuta humanizada 184, 186

Estatutos de identidade 74, 77, 80

Estilo de vida 138, 142, 215, 219, 220, 221, 222, 226

Estresse 22, 60, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 86, 132, 133, 137, 138, 141, 145, 185, 225, 229, 236, 237

Estudantes 46, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 80, 82, 90, 143, 173

**F**

Feminismo 197, 198, 199

Finitude 159, 160, 169, 170, 171

**G**

Gestalt-terapia 8, 9, 11, 12, 25, 26, 27, 28

**H**

Hipoglicemia 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 217

**I**

Identidade pessoal 5, 12, 74, 78

Idoso 29, 33, 38, 212, 255

Intervenções 25, 43, 47, 60, 84, 91, 96, 100, 126, 132, 138, 142, 149, 150, 152, 224

**L**

Literatura infantil 159, 161, 168, 170, 171

**M**

Memória 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 66, 177, 206

Morte 4, 5, 133, 136, 159, 160, 161, 162, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 178, 188

Motoristas de aplicativo 229

**O**

Orientação profissional 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 71, 72, 73, 119

**P**

Pandemia 51, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 117, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 188, 195, 215

Parentalidade 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 83, 84, 86, 88,

89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 100

Planejamento 15, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 102, 212, 216, 245, 249, 264

Práticas parentais 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 146, 147, 149, 151

Prioridade econômica 101, 105, 107, 108, 110

Prioridade humanitária 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110

Profissionais da saúde 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139

Programa Raising Safe Kids 144, 148

Programas de prevenção 144, 147, 151, 152, 153, 158, 224

Projeção 78, 172, 175, 179, 180, 216

Psicanálise 1, 2, 7, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 181, 182, 265

Psicología 55, 196

Psicologia existencial 159

Psicólogo 9, 27, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 65, 67, 71, 72, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 189, 265

Psicólogo escolar 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 50, 52, 53, 55, 56, 65, 72

## **R**

Relação pais e filhos 83, 88

Resoluções 104, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 247

## **S**

Saúde mental 2, 8, 26, 61, 62, 63, 65, 69, 70, 71, 73, 110, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 153, 155, 157, 158, 160, 224, 232

Saúde psíquica 1, 2, 3, 4, 6, 94

## **T**

Teoria do amadurecimento 1, 7, 28

Terapia cognitivo-comportamental 61, 215, 218, 226, 227, 228

## **U**

Uberização 229, 239, 240, 241

Universidade 8, 26, 29, 31, 32, 35, 36, 38, 39, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 71, 72, 73, 81, 82, 100, 101, 104, 154, 156, 159, 170, 171, 172, 196, 197, 205, 239, 265

## **V**

Validação 101, 103, 109, 123, 131, 150

Violência contra a mulher 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 196, 198

Violência infantil 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

## **W**

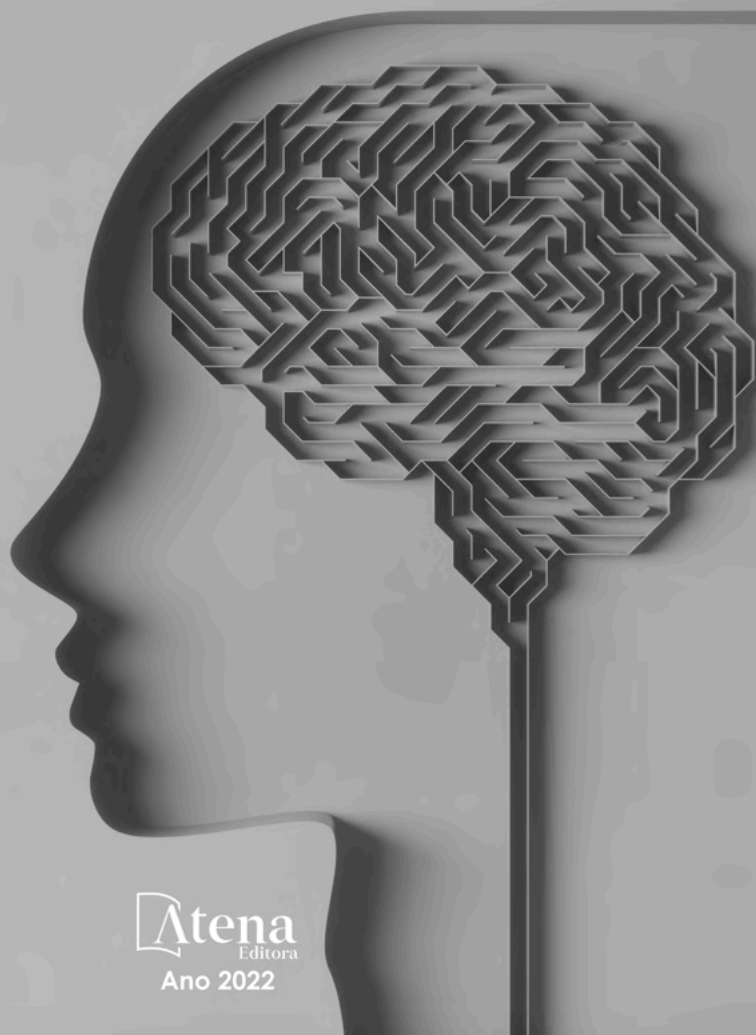
Winnicott 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 28



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo



**Atena**  
Editora  
Ano 2022